RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE INTERINO MICHEL TEMER

ANALYSIS OF THE INAUGURATION SPEECH OF INTERIM PRESIDENT MICHEL TEMER

Submetido em: 16/11/2021
Aprovado em: 18/11/2021
v. 1, n. 11 p. 01-12, nov. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i11.235

Alana de Andrade da Conceição[1]
Aline Kurihara Makiyama[2]

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as diversas estratégias discursivas utilizadas no discurso político brasileiro. A análise será desenvolvida com base nos postulados da análise francesa do discurso, principalmente nos postulados de Charaudeau (2008) e Maingueneau (2008). O *corpus* selecionado é o discurso de posse do Presidente interino Michel Temer, proferido no dia 12 de maio de 2016, após o afastamento de Dilma Rousseff. Em nossa investigação, consideramos alguns dos efeitos de sentido possíveis, das escolhas lexicais feitas no discurso de posse de Michel Temer. Para embasar a análise do discurso de posse, foi feita uma retrospectiva histórica das sete constituições que o Estado Brasileiro teve, apresentando o contexto sociopolítico e cultural de cada uma delas, desde a primeira de 1824 até a nossa atual de 1988. Sendo assim, pretende-se contribuir para a análise do discurso político brasileiro e os meios de persuasão utilizado pelos nossos governantes. Como resultado foi possível analisar os principais termos utilizados pelo presidente interino Michel Temer durante o seu discurso que contribuíram para a construção do seu *ethos* e que resultaram na grande influência do seu discurso na opinião pública da nação e legitimação do seu governo, após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff.

Palavras-chave: Discurso político; Michel Temer; Estratégias Discursivas.

Abstract

This article aims to analyze the various discursive strategies used in Brazilian political discourse. The analysis will be developed based on the postulates of the French analysis of the discourse, mainly in the postulates of Charaudeau (2008) and Maingueneau (2008). The corpus selected is the inauguration speech of interim President Michel Temer, delivered on May 12, 2016, after the removal of Dilma Rousseff. In our investigation, we consider some of the possible meaning effects of the lexical choices made in Michel Temer's inauguration speech. To support the analysis of the inauguration discourse, a historical retrospective of the

[1] Professora de Língua Portuguesa, Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina, Pós-Graduanda em Educação do Campo pela Faculdade UNINA. E-mail: alanaandrade.adv@gmail.com
[2] Professora de Língua Portuguesa, Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, Pós- Graduanda em Neuroaprendizagem pela Faculdade UNINA. E-mail: lih.makiy@gmail.com

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

seven constitutions that the Brazilian State had was made, presenting the socio-political and cultural context of each of them, from the first of 1824 to our current 1988. Thus, it is intended to contribute to the analysis of Brazilian political discourse and the means of persuasion used by our rulers. As a result it was possible to analyze the main terms used by interim President Michel Temer during his speech that contributed to the construction of his ethos and that resulted in the great influence of his speech on public opinion of the nation and legitimacy of his government, after the removal of President Dilma Rousseff.
Keywords: Political discourse; Michel Temer; Discursive Strategies

1 Introdução

Desde os tempos primitivos, os homens sempre tiveram a necessidade de comunicar-se, como forma de sobrevivência e interação com os outros povos.

A língua é um fato social, que teve sua origem pela necessidade de comunicação. A linguagem enquanto discurso é interação, é um modo de produção social, assim a linguagem permite ao homem pensar e agir.

As palavras podem ser usadas pelos políticos para justificar imperfeições na solução dos problemas ou oferecer promessas. Neste sentido, o discurso político é um dos meios de apresentação de aspirações, sentimentos ou expectativas de uma população pelos políticos, bem como para também oferecer soluções, apontar direções ou oferecer projetos que correspondam a determinado contexto da vida pública.

Nesse sentido, deve-se admitir que a linguagem é um poder e, segundo Charaudeau (2008), talvez o primeiro poder do homem.

No discurso político, "é preciso, portanto, que o político saiba inspirar confiança, admiração, isto é, que saiba aderir à imagem ideal de chefe que se encontra no imaginário coletivo dos sentidos e das emoções" (CHARAUDEAU, 2008, p. 80-81).

O objetivo deste artigo é realizar uma análise do discurso de posse do presidente interino Michel Temer, procurando identificar as diversas estratégias linguísticas que contribuíram para a construção do seu *ethos*, assim como observar os meios pelos quais ele tenta não só preservar essas imagens criadas, mas também desenvolver uma crítica, na tentativa de demonstrar ao seu público a imagem de "ruína" do governo afastado, do "caos" do Estado Brasileiro atual e assim justificar seu governo interino e as medidas que por ele foram propostas. Para Maingueneau (2008:17), "*ethos* é um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica".

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

Dessa forma, será possível a compreensão do funcionamento da linguagem no discurso político que prega a ideia de bem-estar social, tão almejada por todos.

2 Discurso Político

Para Charadeau (2008), o sujeito, ao produzir o seu discurso, assume uma posição histórica e social, evidenciando assim a sua formação ideológica. O Discurso político tem como um dos seus principais aspectos a persuasão. Desta maneira, utilizam-se os recursos retóricos e procedimentos linguísticos como meios de persuasão, na tentativa de se eleger em um cargo público por meio da votação popular (direito político), ou, como no caso em análise, para comunicar à nação um governo interino durante um processo de *impeachment*.

Os direitos políticos referem-se ao direito de participação no processo político como um todo, ao direito ao sufrágio universal e ao voto periódico, livre, secreto e igual – conquistas estas de grande valia para o nosso povo. O direito ao sufrágio universal caracteriza-se pela possibilidade que o cidadão tem de votar e ser votado.

Nesta linha de raciocínio, destaca-se a crítica construtiva apresentada por Charaudeau (2008: 78) sobre a maneira como exercemos o nosso direito ao sufrágio universal. Para o autor, "temos dificuldade em aceitar que em uma democracia o povo vote em um político mais em razão de sua imagem e de algumas frases de efeito que ele ou ela profira do que em razão de seu programa político".

Frisa-se que nossa maneira de exercer a democracia (muitas vezes votando pela imagem e não pelo programa político proposto) está intimamente ligada ao poder de persuasão exercido através do discurso político.

Sob esse prisma, o discurso é uma das "instâncias em que a materialidade ideológica se caracteriza, isto é, é um dos aspectos materiais da 'existência material' das ideologias". (BRANDÃO, 1998, p. 37).

No que se refere à construção do *ethos*, no discurso político o "ato de argumentar constitui uma espécie de operação que visa fazer com que o ouvinte não apenas se inteire da imagem que o locutor faz do referente, mas principalmente que o ouvinte aceite sua imagem" (OSAKABE, 1999, p. 93).

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

Para Charaudeau (2008), o discurso político é uma encenação na qual a razão e a paixão oscilam. Nesta situação, mistura-se o *logos*, *ethos* e *patho*s, com o objetivo da construção da imagem (*ethos*) do político.

Depreende-se dos fundamentos propostos por Charaudeau (2008) que o político em seu discurso é a voz de todos em sua voz, utilizando da persuasão e da sua imagem (*ethos*) para convencer a todos de suas propostas, fazendo-os aderir a seus valores.

O ponto de partida de Charaudeau (2008) é que o discurso político é indissociável da ação política, o que justifica ser objeto de estudo. O político deve construir para si uma dupla identidade discursiva.

Por fim, compete destacar que de acordo com Charaudeau (2008), a ação é motivada pela linguagem que a orienta e lhe dá sentido. Assim, não há política sem discurso e, neste sentido, é a situação de comunicação que torna o discurso político.

3 Contexto sócio-histórico da política brasileira

Nas eleições presidenciais brasileiras de 2010, foi eleita a primeira presidenta: Dilma Rousseff, do PT (Partido dos Trabalhadores), com 56,05% dos votos. Este resultado foi obtido através do apoio do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Michel Temer, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), foi escolhido como vice da mesma chapa, devido a uma aliança formada entre PT e PMDB e por sua experiência no cenário político. Deputado por seis mandatos, ocupante por três vezes da presidência da Câmara e presidente de seu partido há 11 anos, Temer formou-se em Direito pela USP em 1963. Ele possui o título de doutor em Direito pela PUC, colaborou com a construção da Constituição de 1988 e possui livros publicados, como “Elementos do Direito Constitucional”, “Constituição e Política” e “Democracia e Cidadania”.

O primeiro mandato de Dilma foi marcado por dar continuidade às obras de inclusão social e redução das desigualdades. O resultado positivo lhe rendeu a reeleição em 2014 com 51,64% dos votos.

Por outro lado, a economia sofreu uma desaceleração desde 2013 e o endividamento do setor público aumentou. Logo, o governo não conseguiu fechar as contas públicas. Em uma tentativa de sanar o problema, a presidenta assinou decretos de suplementação

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

orçamentária sem autorização do Congresso e realizou também as "pedaladas fiscais", o que configura crime regulamentado na Lei complementar nº101.

A crise econômica e os escândalos de corrupção (como o esquema do Petrolão e os desmembramentos da Operação Lava Jato) geraram manifestações e pressões populares. O descontentamento dos parlamentares deu início ao processo de *impeachment* contra Dilma, que foi afastada imediatamente de sua função. Em consequência, Michel Temer assumiu temporariamente como presidente interino. Seu primeiro discurso oficial é o nosso objeto de análise.

4 Análise do discurso de posse do Presidente Interino Michel Temer

O discurso analisado neste estudo foi proferido pelo presidente interino Michel Temer em 12 de maio de 2016. Abaixo, segue uma lista com os termos mais frequentes e impactantes no discurso do presidente interino:

Quadro 01: Termos com maior frequência e impacto no discurso de posse de Michel Temer

Termos com maior frequência e impacto no discurso de posse de Michel Temer
a) Meus amigos - sete vezes
b) Constituição – onze vezes
c) Aqui – duas vezes
d) Confiança – três vezes
e) Governo de salvação nacional – uma vez

Fonte: Autoras

Analisaremos cada uma das palavras anteriormente citadas pela teoria da A.D., demonstrando o que cada uma traz de referencial ao discurso.

A expressão "Meus amigos" vem logo no início do discurso, como uma maneira de "chamar" / "cumprimentar" o povo brasileiro, aparecendo sete vezes durante a fala. Tentando demonstrar aproximação, é utilizada como uma forma de deixar o presidente que profere o discurso mais próximo do povo, colocando-o na posição de amigo dos que o ouvem.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

Desta maneira, temos desde o início do discurso a construção do *ethos* do presidente, no sentido da formação da imagem de amigo do povo brasileiro.

Em um discurso no qual nada é inocente, o uso do termo "Meus amigos" tem conotação de aproximação do dominante (presidente que faz o discurso) e dos dominados (povo brasileiro que ouviu o discurso).

Convém neste momento fazer um paralelo entre as formas de enunciação da presidente afastada Dilma Rousseff e as que foram utilizadas pelo presidente interino Michel Temer. Em seus pronunciamentos à nação brasileira, Dilma Rousseff iniciava seu discurso chamando o povo de "Brasileiros e brasileiras"; já Michel Temer utiliza o termo "Meus amigos".

Depreende-se da análise dos termos que Dilma Rousseff utilizava os termos "Brasileiros e brasileiras" por ser uma presidente eleita por meio de eleições diretas, demonstrando assim seu respeito ao povo brasileiro que a elegeu.

Já Temer, por assumir o governo em virtude do afastamento de Dilma pelo processo de *impeachment*, utilizou na construção do seu discurso o termo "Meus amigos" para ganhar o carisma da população brasileira, procurando enfatizar a legalidade de seu governo.

No que tange ao termo "constituição", ele aparece onze vezes durante o discurso proferido por Michel Temer. Pela grande influência e importância desta palavra, devemos tecer algumas explicações acerca dela. Segundo o dicionário da língua portuguesa (SILVEIRA BUENO, 1996, p.160), segue a definição da palavra Constituição:

> CONSTITUIÇÃO (u-i), s.f. Organização; compleição corporal; conjunto dos caracteres morfofisiopatógicos hereditários ou adquiridos de um indivíduo; **lei fundamental que regula os direitos e deveres do cidadão em relação ao Estado**. (grifos nossos)

Já nos termos do dicionário jurídico (GUIMARÃES, 2009: 80), constituição vem definida da seguinte forma:

> CONSTITUIÇÃO - **Lei que fundamenta e organiza as funções do Estado.** Aristóteles a definiu simplesmente como a *ordenação dos poderes do Estado.* Rodrigo Octávio a conceitua como um *corpo de regras e princípios em conformidade, com os quais são, normalmente, exercidos os poderes públicos do Estado e asseguradas as liberdades e direitos individuais*. Aos direitos individuais agregam-se os direitos *sociais* ou *coletivos*, de grande repercussão no moderno Dir. Público. Nos países de Constituição rígida não se admite a alteração desta por qualquer lei; somente *emendas constitucionais* podem alterar a Constituição, como ocorre com a nossa, à luz dos artigos 59, I, e 60. (grifos nossos)

Com base nas definições acima expostas, a constituição é entendida como a lei fundamental de organização jurídica das pessoas em seus elementos essenciais.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

Por ser a palavra com mais incidência durante o discurso analisado e de sua relevância, segue abaixo de forma mais explícita informações acerca das constituições brasileiras.

4.1 As Constituições do Brasil

O Brasil teve, desde a sua independência, sete Constituições: as de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988.

Constituição de 1824

Entrou em vigor dois anos após a Independência do Brasil, tendo por modelo as monarquias liberais europeias, em particular a França da Restauração. Seu efeito mais marcante foi o estabelecimento de um quarto poder, o moderador, acima do Executivo, Legislativo e Judiciário: "O poder moderador é a chave de toda a organização política e é delegado privativamente ao Imperador [...] para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos".

Embora tenha tratado o catolicismo como a religião oficial do país, previu liberdade de "culto doméstico" para todas as crenças. Para uma sociedade escravista e pouco dinâmica, discriminou textualmente os "libertos" (escravos alforriados) e só concedeu direito de votar e ser votado aos mais ricos.

Alguns trechos da Carta são inimagináveis hoje em dia. "A Pessoa do Imperador é inviolável e sagrada: não está sujeito a responsabilidade alguma", diz um deles.

Constituição de 1891

De espírito republicano e influenciado pelo positivismo, a Constituição de 1891 não fez menção a Deus em seu preâmbulo. Aboliu a pena de morte, estabeleceu o federalismo, ampliou o direito a voto (já o direito de ser votado continuou reservado à elite agrária) e instituiu o mandato de quatro anos para presidente da República.

Foi a primeira Carta do país a gravar a fórmula "Todos são iguais perante a lei". Suas principais fontes de inspiração são a Constituição americana e, para o modelo de federalismo, a argentina.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

Constituição de 1934

Em julho de 1932, São Paulo se insurgiu contra o governo provisório de Getúlio Vargas, instalado um ano e nove meses antes, para exigir o retorno da ordem constitucional. A "Revolução Constitucionalista" (para os paulistas) ou "Contrarrevolução" (para os getulistas) foi esmagada, mas Vargas, até então hesitante, acabaria cedendo às pressões para convocá-la no ano seguinte em uma nova Assembleia Constituinte.

O texto foi influenciado pela Constituição alemã da República de Weimar. Estabeleceu o voto universal e secreto, o salário-mínimo e a jornada de oito horas e, pela primeira vez, assegurou às mulheres o direito a participar das eleições.

Constituição de 1937

A Carta de 1937 é o marco-fundador do Estado Novo. Foi escrita sob a influência do fascismo e apelidada de "polaca", pelas semelhanças com a Constituição autoritária da Polônia, de 1935. Centralizou poderes, estendeu o mandato presidencial para seis anos, reintroduziu a pena de morte e eliminou o direito de greve. Por meio dela, Vargas passou a indicar os governadores e acumulou poderes para interferir no Judiciário.

Constituição de 1946

A vitória dos aliados na II Guerra Mundial expôs a contradição do Estado Novo: na Europa, a ditadura de Getúlio Vargas havia engrossado a frente contra o fascismo; no Brasil, apoiava-se em uma Carta inspirada naquele regime. Encurralado, Getúlio entregou o cargo em 1945.

No ano seguinte, o país ganhava uma nova Constituição, que proporcionaria um respiro democrático de 18 anos. O novo marco legal, promulgado sob a presidência de Eurico Gaspar Dutra (que havia sido ministro da Guerra de Getúlio), retomou diversos pontos da Carta de 1934, reassegurando a livre expressão e os direitos individuais.

Constituição de 1967

Três anos após o golpe de 1964, os militares patrocinaram uma nova Constituição, enterrando as previsões democráticas da Carta de 1946. O texto restringia a organização partidária, concentrava poderes no Executivo, impunha eleições indiretas para presidente e restabelecia a pena de morte.

O arcabouço legal da ditadura militar seria remendado nos anos seguintes por sucessivos decretos: mais 13 atos institucionais, 67 complementares e 27 emendas. O mais notório, o AI-5, decretado em 1968, suspendeu as mais básicas garantias, como o direito ao

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

habeas corpus. Foi revogado dez anos depois, em 1978. Já a Carta de 1967 duraria outros dez anos.

Constituição de 1988

A ditadura já havia caído e, após a presidência de cinco militares, o país tinha de novo um civil à frente do governo: José Sarney. Faltava o marco legal que livrasse o país do entulho autoritário. Em 1º de fevereiro de 1987, um domingo, foi instalada a Assembleia Constituinte, que seria presidida por Ulysses Guimarães.

Em 5 de outubro de 1988, uma quarta-feira, foi promulgada a nova Carta. Para espantar o fantasma do regime militar, o texto ganhou forte acento "garantista", estabelecendo ampla liberdade política e de imprensa, restabelecendo o equilíbrio entre os poderes e fixando direitos individuais.

Mas para além das garantias fundamentais, o texto enfileirou uma série de direitos que custam a sair do papel. Tendo cedido ao assédio dos mais diversos grupos de interesse, resultou prolixa, ambígua, paternalista e, especialmente no campo econômico, desastrada, o que exigiu dezenas de remendos. Certamente não é a Constituição ideal. Mas nem seus críticos questionam sua legitimidade. Bem ou mal, o texto proporcionou o mais longo período ininterrupto de democracia que o nosso país já atravessou.

Não é o caso, portanto, de ceder à tentação de reformá-la em grandes blocos, muito menos de deitar abaixo o edifício inteiro. É o caso de depurá-la, segundo os mecanismos que ela mesma prevê.

No atual contexto histórico e político que estamos vivenciando com o afastamento da presidente Dilma pelo processo de *impeachment*, qual a significação, no discurso de posse do presidente interino Michel Temer, da enunciação do termo "constituição"?

Procuramos responder a esta questão pela análise da palavra e do contexto histórico de todas as constituições que o estado brasileiro teve desde o império, observando de maneira detalhada como era a constituição em todas as suas sete edições.

A partir daí, pudemos observar a grande importância da constituição como lei fundamental que regula os direitos e deveres do cidadão em relação ao Estado, juntamente com sua grande relevância para a ordem constitucional de nosso país (que já viveu um império, um período de regime militar e agora, o presidencialismo democrático).

Por outro lado, observamos que por meio da enunciação "constituição", temos a construção do *ethos* do presidente interino sendo construído e reforçado para demonstrar ao

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

povo brasileiro que ele tem "gabarito" e conhecimento para ser um bom e ético presidente para o Brasil, bem como para reforçar a expressão (também utilizada por ele) de "governo de salvação nacional", que vem ao encontro do termo "constituição" – ambos se completam.

O que podemos observar é que a palavra "constituição" nunca foi tão usada em um discurso, colaborando na construção do *ethos* do presidente Temer.

Durante seu discurso, Temer também declara: "*É que nenhuma dessas reformas alterará os direitos adquiridos pelos cidadãos brasileiros (...). Quando me pedirem para fazer alguma coisa, eu farei como Dutra, o que diz o livrinho? O livrinho é a Constituição Federal*".

Contextualizando, Eurico Gaspar Dutra foi o 16º Presidente do Brasil, por meio de eleições diretas em 1945, assumindo a presidência em 31 de janeiro de 1946. No mesmo ano, foi promulgada a quinta Constituição, cujo conteúdo alterava de seis para cinco anos o mandato presidencial. Dutra aceitou a alteração, sem manifestar nenhum descontentamento. Seu direito adquirido de posse foi mantido, no entanto, houve alteração do tempo de mandato.

Em seguida, o presidente interino diz: "*Há matérias, meus amigos, controvertidas, como a reforma trabalhista e a previdenciária. (...) tem como objetivo o pagamento das aposentadorias e a geração de empregos. Para garantir o pagamento, portanto. Tem como garantia a busca da sustentabilidade para assegurar o futuro*".

Ele afirma que fará reformas trabalhistas e previdenciárias e que os direitos adquiridos não serão alterados. No entanto, não identifica quais serão estas alterações, utilizando-se de palavras ideológicas e de retórica e, assim, deixando implícito o que realmente será alterado.

Mais um termo que tem grande significação para a A.D. é "aqui", que aparece duas vezes. Este impacto se dá pois indica o hoje; momento e lugar em que o presidente interino proferiu o seu discurso.

Frisa-se que a expressão "aqui" demarca o momento histórico vivenciado por todos os brasileiros e que será estudado pelas futuras gerações. Assim, o enunciado permanece o mesmo – no entanto, a enunciação jamais se repetirá, mesmo que proferido em outro momento.

Outro vocábulo que se repete é "confiança", aparecendo três vezes durante o discurso e com um cunho ideológico de formação do *ethos* do seu enunciador.

Temer já começa o discurso ressaltando a palavra "confiança" para enraizar nas mentes dos seus ouvintes que ele possui habilidades governamentais e que o caminho certo

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

para o nosso país é o seu governo. Em suas propostas e reformas mencionadas, sem especificação, utiliza-se da persuasão e de linguajar formal para induzir o povo a acreditar na figura proposta pelo seu *ethos*.

Outro enunciado significativo é a expressão "governo de salvação nacional", que aparece apenas uma vez no discurso, mas pela sua força, causa um grande impacto ao ouvinte.

Colocando-se na cena enunciativa como "salvador da pátria", o presidente interino reforça a sua autoimagem e dá mais força para sua tese de legitimidade governamental do governo provisório. Verifica-se ser tudo um jogo de palavras bem elaboradas a fim de persuadir o público ouvinte.

Considerações finais

Com a elaboração do presente artigo, foi possível analisar os principais termos utilizados pelo presidente interino Michel Temer durante o seu discurso que contribuíram para a construção do seu *ethos* discursivo.

A recessão econômica do país, o desemprego, as remunerações defasadas, entre outros fatores, contribuíram consideravelmente para o descontentamento da população. Diante do cenário atual que nos é apresentado, desencadearam-se várias manifestações populares que culminaram no processo de *impeachment* que afastou a presidente Dilma, na ascensão de Temer à presidência e ao pronunciamento analisado.

Ao conceituarmos o *ethos*, identificamos as diversas estratégias de persuasão utilizadas na construção dele, bem como os meios pelos quais há a preservação desta imagem. As propostas de reformas são citadas durante o discurso em meio a palavras bonitas e de comoção. Há uma enunciação de aproximação ao povo brasileiro no intuito de "ganhar" / "conquistar" a confiança dos brasileiros, bem como de criar o "ar" de legitimação do governo.

Por fim, cabe destacar que, no presente estudo, nem todos os aspectos referentes à A.D. puderam ser explorados. Mas, no que tange ao *ethos* do presidente interino, podemos observar a grande influência dele dentro do discurso analisado.

Referências

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 7. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1998.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: **2675-9128.**

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. Ed. rev. E atual. Helena Bonito C. Pereira, Rena Signer. - São Paulo: FTD: LISA, 1996.

BRITO, Adriano**. Em 3 pontos:** Por que o governo Dilma não deu certo? Disponível em:http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160416_porque_deu_errado_ab. Acesso em: 30 mai.2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**: tradução Fabi Komesu e Dilson Ferreira Cruz. - 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008

ESTADÃO, acervo. **Eurico Gaspar Dutra**. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,eurico-gaspar-dutra,943,0.htm Acesso em 28 jul. 2016.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário compacto jurídico**. Organização. 13. ed. São Paulo: Rideel, 2009

G1, Globo. **Processo de impeachment de Dilma**. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/veja-integra-do-primeiro-discurso-de-temer-como-presidente-em-exercicio.html. Acesso em 11 ago. 2016.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SENADO. **Os avanços e as crises do primeiro mandato de Dilma Rousseff**. Disponível em: http://senado.jusbrasil.com.br/noticias/159682666/os-avancos-e-as-crises-do-primeiro-mandato-de-dilma-rousseff Acesso em: 30 mai. 2016.